



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681243 - AC (2021/0225552-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : WALTER LUIZ MORAES NEVES SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : IZAAC DA SILVA ALMEIDA - AC005172
WALTER LUIZ MORAES NEVES SILVA - AC005442
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : MARCIO RICHARLES FURTADO DE SOUZA (PRESO)
CORRÉU : ADONIAS LIMA DE MELO
CORRÉU : JAQUI MENDONCA DOS SANTOS
CORRÉU : JOISCIANNE ROCHA DA SILVA
CORRÉU : JUSSANGELO ROCHA DA SILVA
CORRÉU : MARIA MARLENE DA ROCHA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCIO RICHARLES FURTADO DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (Apelação Criminal n. 0001013-07.2017.8.01.0011).

O paciente foi condenado à pena de 18 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado e ao pagamento de 1.960 dias-multa, pela prática dos delitos descritos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, na forma do art. 69, *caput*, do Código Penal.

O impetrante sustenta que a pena do paciente deve ser reduzida em virtude da a) inidoneidade dos fundamentos suscitados para valorar negativamente as circunstâncias judiciais das circunstâncias e consequências do crime; b) violação do princípio da proporcionalidade, ao utilizar cada circunstância judicial negativa para majorar a pena em fração superior a 1/6; c) desproporcionalidade na dosimetria entre os crimes de tráfico e associação para o tráfico; d) desproporcionalidade da aplicação da agravante genérica de reincidência em fração superior a 1/6 sem fundamentação concreta.

Requer, liminarmente e no mérito, a redução da pena do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente